

União Euro-Asiática e política externa russa: que peça no *puzzle* da integração regional?

MARIA RAQUEL FREIRE*

Professora Associada com Agregação de Relações Internacionais, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Doutorada em Relações Internacionais pela Universidade de Kent (Reino Unido)

As suas áreas de preferência de investigação são, entre outras, Política Externa, Segurança Internacional e Rússia e espaço pós-soviético.

Das suas inúmeras publicações destacam-se com Patricia Daehnhardt a coordenação do livro *A Política Externa Russa no Espaço Euro-Atlântico: Dinâmicas de cooperação e competição num espaço alargado*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014; Freire, Maria Raquel (2016). Russian Reactions towards EU – Black Sea Integration, in Sinem Akgul Acikmese and Dimitrios Triantaphyllou (org.). *The European Union and the Black Sea. The State of Play*. New York: Routledge.

*A autora agradece financiamento para investigação no âmbito das Marie Skłodowska-Curie Innovative Training Networks (ITN-ETN) do programa Horizonte 2020 – *Programa-Quadro Comunitário de Investigação & Inovação* da União Europeia, *grant agreement* ‘CASPIAN – Around the Caspian: a Doctoral Training for Future Experts in Development and Cooperation with Focus on the Caspian Region’ (642709 — CASPIAN — H2020-MSCA-ITN-2014).



União Euro-Asiática e política externa russa: que peça no *puzzle* da integração regional?

INTRODUÇÃO

As teorias de integração regional, no âmbito das Relações Internacionais, apontam essencialmente numa lógica liberal de aproximação em diferentes dimensões, seja de natureza política, económica, social, de segurança – isoladas ou em articulação –, com o objetivo de consolidar laços, de reforçar interdependência e de ganhar com a maximização de espaços geográficos, humanos, económicos, ou outros, que estes processos permitem. Divididos quanto à profundidade da integração, ora assentando em princípios de supranacionalidade ora prevalecendo a intergovernamentalidade como matriz, os autores da escola liberal leem a integração regional como fomentando movimentos de cooperação e, por isso, gerando dinâmicas de promoção de paz e segurança internacional. Contudo, a integração regional pode ser lida à luz da lente realista das Relações Internacionais, numa perspetiva geopolítica de manutenção de poder ou de expansão do mesmo, através destes processos. Embora esta não seja uma questão central para o realismo, de facto muita da bibliografia de referência sobre processos de integração regional no espaço pós-soviético sublinha a questão da hegemonia russa, ou da eventual (re)criação de um novo espaço integrado à semelhança da velha União Soviética, liderado por um ator hegemónico – a Rússia –, recolocando na agenda de discussão de que modo dinâmicas de integração regional podem ser politizadas e apropriadas

em lógicas menos cooperativas. A dimensão discursiva associada à criação de uma identidade, à (re)construção de um espaço ou à definição de políticas não pode, neste contexto, ser descurada.

Neste quadro duas questões relevantes se apresentam: como podemos entender os processos de integração regional no espaço pós-soviético: tratam-se estas propostas de projetos movidos por pretensões de hegemonia? Ou numa visão mais liberal, traduzem uma vontade comum de multiplicar potencialidades num espaço geográfico alargado? E como se enquadra o projeto da União Euro-Asiática num quadro regional onde já existem várias organizações regionais com propósitos diversos? Constitui este um projeto inovador em si mesmo? Ou trata-se apenas da renovação de velhas práticas num quadro regional em mutação e onde a Rússia tem vindo a perder capacidade de influência? É este um projeto essencialmente político e económico ou há aqui lugar para o desenvolvimento de uma componente militar? E neste caso, que lugar para a Organização do Tratado de Segurança Coletiva? Este capítulo procura responder a estas questões, de modo a perceber as dinâmicas subjacentes ao projeto de desenvolvimento da União Euro-Asiática e o que este representa, quer para a Rússia, quer para as relações desta com os outros Estados no espaço pós-soviético, bem como, para além deste, especialmente nas relações da Rússia com o Ocidente, em particular no contexto pós-anexação da Crimeia.

O capítulo começa por situar os projetos de integração regional no espaço pós-soviético, passando depois à análise da política externa russa neste espaço e de que modo estes projetos são um fator central na política russa. A identificação de múltiplos projetos regionais permite melhor situar o plano de desenvolvimento da União Euro-Asiática como anunciado por Vladimir Putin em 2011, e compreender que lugar esta vem ocupar no mapa da integração regional neste espaço alargado. O capítulo conclui demonstrando o caráter limitado da União Euro-Asiática em termos do seu desenho como projeto inovador, mantendo como linhas mestras questões económicas, tentando, no entanto, enquanto elemento diferenciador propor um desenvolvimento mais célere, equitativo e inclusivo da própria União, onde os órgãos institucionais preveem limites à liderança da Rússia. A componente militar parece estar por ora afastada deste projeto, uma vez que exigiria uma componente de integração numa linha neofuncionalista mais densa, e questionaria a própria viabilidade da Organização do Tratado de Segurança Coletiva enquanto organização autónoma. E, mais ainda, não refletiria a vontade coletiva, uma vez que o consenso em matéria de integração económica não se alarga à dimensão securitária.

(DES)INTEGRAÇÃO REGIONAL: MÚLTIPLOS PROJETOS, PARCOS RESULTADOS

O espaço pós-soviético tem sido marcado pelo desenvolvimento de vários projetos de integração regional, ora numa lógica competitiva, ora de complementaridade. A Comunidade de Estados Independentes (CEI) que sucedeu à União Soviética foi a primeira organização que procurou reagrupar os Estados pós-soviéticos, com base em princípios partilhados a nível político, mas também com base num passado histórico comum e no que poderia ser um futuro partilhado. Contudo, a evolução da CEI, sempre liderada pela Rússia, acabou por transformá-la numa organização com uma forte presença política e de diálogo, mas sem capacidade de expressão e ação alargadas. Inicialmente visando integrar todas as antigas repúblicas soviéticas, à exceção dos estados do Báltico, que optaram imediatamente por uma maior proximidade às instituições ocidentais, acabou por não conseguir o objetivo de fortalecer laços e recuperar lógicas de cooperação de tempos antigos. De facto, a Ucrânia, apesar de ser um membro fundador, acabou por nunca ratificar o Tratado Fundador no seu parlamento nacional, a Geórgia, que se viu pressionada a integrar a organização em 1993, acabou por sair definitivamente da mesma no contexto da guerra com a Rússia no verão de 2008, e o Turquemenistão tem mantido a sua postura de neutralidade, implicando algum distanciamento nestes quadros regionais.

É interessante notar que apesar das fortes ligações políticas, culturais, sociais, económicas e outras que marcam a história destes países, com um passado cuja marca profunda nos seus projetos e opções de desenvolvimento é incontornável, estes encontrem tantas dificuldades no contexto pós-soviético em socializar entendimentos e fórmulas de integração bem-sucedidas. À partida este seria um desenvolvimento mais ou menos óbvio, no pressuposto de que os ganhos resultantes de uma maior integração seriam o motor da mesma, e que as bases necessárias ao desenvolvimento de mútuos benefícios estariam até já bem assentes nesta partilha. As questões de soberania poderiam ser acauteladas no quadro dos projetos multilaterais a desenvolver, não implicando necessariamente uma dimensão de supranacionalidade. Contudo, as dinâmicas de integração entendidas como esforços multilaterais formais de cooperação numa determinada área setorial, ou várias, não têm sido bem sucedidas neste espaço. Dois fatores têm aqui sido decisivos.

Por um lado, a Rússia e o seu posicionamento nestes arranjos regionais, assumindo uma postura de liderança, justificada com base no seu peso relativo comparativo, quer em termos da sua dimensão geográfica, quer da sua

dimensão económica e militar, em particular, tem gerado sentimentos de dominação/subordinação, exclusão/inclusão, dicotomias profundas que não têm contribuído de forma positiva para dinâmicas de integração regional numa lógica de cooperação neste espaço alargado. Por outro lado, os diferenciais existentes entre estes Estados têm contribuído para a perceção de assimetrias e de como estas se vêm consolidando nos percursos individuais que cada um destes Estados tem vindo a fazer em termos das suas opções de política interna e externa. Estes diferenciais, quer em termos de capacidades materiais, quer de capacidades de influência e persuasão, têm minado muitas vezes lógicas de cooperação intrarregional, como no caso das repúblicas da Ásia Central relativamente a questões de água e energia fóssil, por exemplo. Estes dois fatores, não exclusivos nem únicos, mas claramente centrais à integração no espaço pós-soviético, têm dificultado os processos de integração regional cuja base cooperativa e de benefício mútuo tem sido muitas vezes (re)interpretada à luz de pressupostos mais realistas. A primeira tentativa de uma união aduaneira não foi bem sucedida, como veremos adiante; a criação da Organização do Tratado de Segurança Coletiva, como organização militar por excelência, foi promovida e tem sido impulsionada pela Rússia; organizações como a Organização de Cooperação Económica do Mar Negro, a organização para a Democracia e Desenvolvimento Económico (onde a Rússia não está presente), ou a Organização de Cooperação de Xangai, com Estados membros diferenciados, têm também revelado limites na integração visada. A expressão de objetivos mais particularistas como traduzindo vontade de um coletivo, ou uma liderança não tanto multilateral mas mais de cariz hegemónico, têm traduzido algumas das dificuldades encontradas.

Além do mais, o desenvolvimento de projetos regionais como contrapeso ao que são entendidos como projetos em competição, como a União Europeia (UE) ou a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) – projetos marcadamente ocidentais e lidos como traduzindo uma visão hegemónica neoliberal –, não constituem os melhores objetivos enquanto ponto de partida para criação de dinâmicas de integração regional. Entende-se que num quadro de tensão entre a Rússia e o Ocidente, lógicas de contrapeso sejam desenhadas como forma de forçar equilíbrios – se a OTAN permanece num contexto pós-guerra fria e é entendida pela Rússia, como bem explícito na Doutrina Militar Russa (2014), como a principal ameaça externa ao país, a criação de uma organização militar liderada pela Rússia no seu espaço geográfico é compreensível. Da mesma forma, entendendo a Política de Vizinhança da UE como desafiando os interesses russos na sua área de vizi-

nhança, o desenho de uma união aduaneira e o objetivo de desenvolvimento desta em termos de aprofundamento das relações políticas torna-se também facilmente justificável. Contudo, a reatividade associada a estes processos parece apontar para a necessidade crescente que a Rússia sente em se afirmar num espaço que entende como prioritário na sua política externa, bem como o de se afirmar como um ator relevante e de peso na Europa alargada. Mas estas motivações reativas parecem apontar também para objetivos competitivos subjacentes ao desenho destes projetos de integração regional que são limitativos logo à partida, não expressando uma real vontade partilhada de integração numa determinada área setorial, ou com diferentes valências.

A adicionar ainda a nível contextual a questão da comparação simplificada muitas vezes veiculada, em particular em relação à UE. Esta é amplamente entendida como o melhor exemplo de um processo regional de integração, dadas as diversas fases de aprofundamento já conseguidas, incluindo a dimensão da segurança e defesa, bem como de política externa – sendo que ambas mantêm o cariz intergovernamental no que diz respeito aos processos de decisão. Deve, no entanto, ser sublinhado que todo o processo conducente à criação da atual União Europeia se deu num contexto muito particular em que a vontade de evitar novas guerras com escala mundializada (como haviam sido a primeira e segunda guerras mundiais) se revelou um fator determinante. O estabelecimento da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço em 1951, na sequência da Declaração Schuman de maio de 1950, colocou sob uma autoridade comum a produção francesa e alemã de carvão e aço, procurando dessa forma evitar conflitos relativos a questões económicas enquanto aumentando as relações de interdependência entre estes dois Estados, antigos rivais, bem como com os outros membros fundadores, nomeadamente a Bélgica, Itália, Luxemburgo e Países Baixos. Por estas mesmas razões, este é um projeto desde o início político e económico, mas também de segurança. As procurar definir e redefinir a sua identidade, a UE ao longo dos anos foi-se afirmando como um ator político, económico e de segurança – apesar de não fazermos aqui uma leitura tradicional de segurança, num sentido militarista ou de especificidade de atividades, como a Aliança Atlântica. A sua constituição como ator de segurança é recente, em termos de muitos dos procedimentos e mecanismos, como a Política Comum de Segurança e Defesa atesta. O que importa sublinhar é como o contexto pós-guerra pesou na necessidade sentida de desenvolver esforços de integração que fossem muito para além de ganhos económicos, e neste caso em particular, ganhos concretos em matéria de segurança.

Quando pensamos na história do espaço pós-soviético, os desenvolvimentos foram muito diferentes. Não só desde a forma como as repúblicas interagiam entre si num quadro em que a União Soviética servia como marco agregador político, ideológico, económico, legal, social, cultural, de segurança, mas também na forma como a desagregação da URSS de forma genericamente pacífica permitiu o surgimento de várias novas entidades políticas no mapa euro-asiático. Os processos de integração regional que se seguiram, com a CEI a tomar a dianteira, demonstram os diferenciais, bem como a hierarquização que se mantém, mesmo após a dissolução da União Soviética. A Rússia era a maior república e assim se manteve, bem como assumiu o lugar no Conselho de Segurança das Nações Unidas e foi a única república neste espaço a manter capacidade nuclear. O diferencial que representa no mapa geopolítico e económico não deixa de ser evidente, e de ter um peso correspondente na forma como Moscovo se posiciona e promove estes quadros de integração regional. O historial de integração regional tem sido pautado pela liderança de Moscovo, que muitos entendem como o grande fator limitativo do sucesso destes próprios projetos. Vários autores têm feito uma interpretação deste novo projeto como servindo os interesses de política externa russos, com referências à vontade de Moscovo de manter uma posição hegemónica no espaço pós-soviético (Shevtsova, 2013; Dragneva e Wolczuk, 2014: 15), como parte do esforço de competição com a UE por maior influência global (Popescu, 2014), como projeto de contrapeso à Política de Vizinhança e aos Acordos de Associação (Zahorka e Sargsyan, 2014: 90; Averre, 2016), que reforçam as dinâmicas de exclusão da Rússia (Kropatcheva, 2012: 33; Tsygankov, 2015: 291), ou mesmo como forma de evitar “democratizações” impostas nestes estados, promovendo uma política regional de proteção mútua dos regimes autocráticos (*protective integration*) (Allison, 2010).¹ Estas leituras diferenciadas parecem encaixar nos princípios de política externa de Moscovo, numa leitura de reassertão do seu poder e influência, não necessariamente pela via militar e territorial – tendo sido, no entanto, a anexação da Crimeia uma alteração ao regime de fronteiras na Europa –, mas certamente pela via económica, comercial, energética, e cultural, entre outras. No entanto, é claro que o poder russo não é ilimitado neste espaço, e isso torna-se evidente na incapacidade que muitas destas estruturas regionais revelam em termos de atratividade. Além do mais, as assimetrias resultantes têm gerado receio entre Estados membros quanto

¹ Para um estado da arte alargado ver Kirkham (2016).

aos reais ganhos da integração, face a resultados limitados em termos do aumento das trocas comerciais entre os membros, ou do impacto das taxas aduaneiras na produção interna, por exemplo. Vários estudos demonstram que os ganhos têm sido relativos e, em alguns casos, mesmo parcos, face à fragilidade que muitas destas economias representam. Mas têm também sublinhado a relevância deste motor económico multilateral para enfrentar os múltiplos desafios destas economias (Bordachev e Skriba, 2014). A história da União Euro-Asiática tem seguido um curso um pouco diferente de anteriores projetos, embora os autores se dividam quanto à forma como esta foi projetada e tem sido desenvolvida, bem como quanto às potencialidades e limites que este novo formato regional enfrenta.

POLÍTICA EXTERNA RUSSA: QUE LUGAR PARA A INTEGRAÇÃO REGIONAL?

A política externa russa tem sido marcada por três linhas principais: um objetivo claro de afirmação da Rússia enquanto grande potência no sistema internacional, com o respetivo reconhecimento deste estatuto; uma política pragmática e multivetorial, que se organiza em torno de áreas regionais de intervenção, onde o espaço pós-soviético é o espaço privilegiado de atuação; e projetada num sistema internacional definido como policêntrico, significando que a unipolaridade liderada pelos Estados Unidos da América (EUA) deu já lugar a um sistema em que vários polos diferenciados coexistem, e onde a Rússia se assume como parte integrante deste sistema (Freire, 2012). Nesta linha, a integração regional tem demonstrado duas vontades claras: uma de manutenção dos estados pós-soviéticos próximos da órbita de influência de Moscovo, e outra de contrapeso a projetos de integração regional entendidos não só como competidores, mas como eventualmente constituindo uma ameaça a este espaço definido como prioritário. Os casos da OTAN e da UE têm sido evidentes. Deste modo, a política russa relativa à “integração regional tem assentado em grande medida no pressuposto de que esta fornece mecanismos para a sua afirmação no sistema internacional enquanto grande potência” (Kansikas, 2015: 110).

No Conceito de Política Externa de 2013 (CPE, 2013), uma das principais ameaças à segurança russa encontra-se nos desequilíbrios estruturais da economia mundial e na competição global intensa por recursos naturais, financeiros e económicos (Kirkham, 2016: 122). Este aponta para o desejo da Rússia de fortalecer uma ordem multipolar capaz de enfrentar estes

desafios (*idem*). A adicionar a este entendimento, o debate identitário sobre o peso das dimensões europeia e asiática, ou euro-asiática nas políticas russas tem sido alargado. A discussão sobre ‘civilização euro-asiática’ tem estado presente, em particular, no debate político russo, apontando para a natureza distinta da civilização russa. Classificado como um “novo ‘velho’ fenómeno” (Eremina, 2016: 168), esta civilização é descrita como beneficiando de uma cultura euro-asiática comum, de uma cultura com base na religião ortodoxa cristã, com o destino russo a ser decidido pela sua localização estratégica e papel de ligação entre Europa e Ásia (Haggan citado em Eremina, 2016: 168). As dimensões comunitária e conservadora adicionam a estes elementos. Para alguns, como Laruelle (citado em Eremina, 2016: 168), é este diferencial que permite à Federação Russa uma postura de contrapeso a movimentos de integração como a UE ou a OTAN, que acabam por excluí-la, expressando a ideia de hegemonia ocidental que a Rússia vem tentando contrariar. De facto, este sentimento de exclusão tem sido sucessivamente sublinhado por Moscovo.

No processo de consolidação da segurança europeia e ocidental, foram criadas dinâmicas de insegurança com base em práticas e processos de inclusão/exclusão que se estenderam no tempo. Do ponto de vista russo, a atual arquitetura de segurança europeia está desequilibrada, é não-representativa, e incapaz de responder aos desafios atuais. A proposta de um novo Tratado de Segurança Europeu avançada pelo então presidente Medvedev (*The Kremlin*, 2009) cuja mensagem fica clara no sentido de demonstrar o sentimento de exclusão do sistema pan-europeu de segurança, é de que a segurança europeia nunca estará completa sem a Rússia. O estabelecimento da Organização do Tratado de Segurança Coletiva em 1992, já denominada de ‘OTAN do Leste’, e que em 2009 foi reforçada com uma força de reação rápida que o então presidente russo Dmitry Medvedev descreveu como conferindo à organização uma verdadeira capacidade militar (McDermott, 2009), e não sendo esta uma força menos poderosa do que a da OTAN, é ilustrativo deste sentimento. Da mesma forma, a proposta da ‘*greater Europe*’, na qual se perspetiva uma “Europa multipolar” (Sakwa, 2012), em que UE, Rússia e Turquia são iguais na sua participação das decisões fundamentais relativas a questões de segurança, são exemplos desta leitura das respostas russas. Sergei Karaganov, o representante russo no painel da OSCE de *Eminent Persons on European Security as a Common Project* (OSCE Ministerial Council, 2014), tem defendido uma nova arquitetura de segurança, da China à Ásia, refletindo este sentimento de exclusão e avançando propostas alternativas para lhe fazer face.

A crise financeira de 2008 tem sido entendida como uma oportunidade para outras organizações, que não a UE, por exemplo, e para outros formatos, que não necessariamente organizações intergovernamentais ou países como os EUA, assumirem um papel mais relevante. Eremina (2016: 170) argumenta que este contexto oferece a países como a Rússia, Índia e China novas possibilidades de afirmação no sistema internacional. Isto numa lógica de alternativa à denominada hegemonia ocidental e a uma globalização unipolar, e é caracterizado por fatores diferenciadores, nomeadamente diversidade europeia e asiática, valores tradicionais, responsabilidade coletiva, lealdade, similaridades históricas, bem como uma vasta área geográfica com enorme potencialidade económica (Eremina, 2016: 170). Nesta mesma linha, os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) partilham o objetivo de contestação da postura hegemónica do ocidente, que entendem como questionando o próprio princípio de soberania. Não pretendem formar uma coligação antiocidental com base numa visão radical do mundo, mas antes estão preocupados em manter a sua independência e capacidade de influência nas decisões num mundo cada vez mais interdependente económica e socialmente (Läidi, 2012: 614). São um grupo conservador em termos de partilha de poder e autonomia, promovem soberania nacional e não interferência nos assuntos internos. São também parte da ordem liberal, que eles próprios desafiam, tornando este desafio limitado. A Rússia tem-se posicionado nesta diplomacia de clube como mostrando formas alternativas de organização do sistema internacional, não necessariamente centrado na denominada hegemonia ocidental neoliberal. Mais uma vez, esta postura tem-se constituído como forma de contrariar o domínio ocidental que a Rússia entende como contrário a uma ordem mais plural e participada.

O desenvolvimento da Política de Vizinhança da UE, e a sua expressão mais evidente na Parceria Oriental, foram entendidos na Rússia como movimentos de aproximação às suas fronteiras e aos seus interesses, desafiando-os. A proposta da *'wider Europe'* no contexto UE tem sido perspectivada como estendendo os benefícios do processo de alargamento aos países vizinhos da União, através da assinatura de Acordos de Associação que vêm reforçar a integração informal entre a UE e estes Estados. A criação de áreas de comércio livre com estes Estados tem vindo a reforçar a lógica de harmonização e aproximação política, económica e legislativa, facilitando as relações. A ideia subjacente é a de que, na promoção de uma área de vizinhança mais próspera e integrada nos princípios da UE, esta está a promover segurança. Mas esta lógica de maior aproximação, que sucessivamente se deu através da política de alargamento, que alterou as fronteiras da União para uma maior

proximidade à da Federação Russa, e através da política de vizinhança, gerou reações de descontentamento em Moscovo. Uma maior aproximação das fronteiras da União à Rússia significa também uma maior influência da UE na área de vizinhança que partilham. Esta é entendida pela Rússia como minando a sua própria política de maior integração e aproximação aos seus vizinhos – onde estes dois projetos regionais mais alargados colidem – e no entendimento de que esta política contribui para reforçar o isolamento da Rússia da construção do projeto de uma Europa alargada.

Na perspetiva ocidental a Rússia tem sido socializada em contextos diferentes, tornando-se membro do Conselho da Europa, assinando o Acordo de Parceria e Cooperação com a UE ou tornando-se parte do Conselho NATO-Rússia. Estas interações são vistas como mecanismos de integração informal e de inclusão da Rússia em instituições multilaterais ocidentais. Contudo, as leituras em Moscovo não se fazem neste sentido, como analisado, levando a que as leituras sobre segurança na Rússia e no Ocidente sejam claramente distintas. A Rússia encontra-se numa posição em que não está totalmente integrada nem totalmente excluída (Freire, 2017), o que não lhe confere a segurança e capacidade de influência desejada. A Ucrânia acabou por simbolizar este diferencial ao expressar de forma objetiva as contradições e natureza irreconciliável dos projetos da UE e da Rússia nesta área partilhada de vizinhança. Este sentimento acabou por contribuir para o desenvolvimento do projeto da União Euro-Asiática, de algum modo espelhando o próprio processo de integração da UE, e desse modo reforçando a leitura de que se desenha como contrapeso a projetos regionais de integração entendidos como não-inclusivos.

UNIÃO EURASIÁTICA: QUE DIFERENCIAL?

Em outubro de 2011, apenas uma semana após o anúncio da sua candidatura à presidência da Rússia em 2012, Vladimir Putin apresenta o plano de criação da União Euro-Asiática, envolvendo inicialmente a Rússia, a Bielorrússia e o Cazaquistão, com o objetivo de aprofundar a integração. O projeto daria seguimento à União Aduaneira Euro-asiática formada entre estes países em 2009, com efeito a partir de 2010, tendo por objetivo primeiro transformar-se numa zona económica unificada sem barreiras ao movimento de mão-de-obra e capital. O objetivo mais agregador seria o de uma “união supranacional, poderosa, capaz de se tornar um dos polos do mundo moderno”, construída nos princípios da liberdade, democracia e leis de mercado. Putin sublinhou ainda na altura que “não estamos a falar da recriação da URSS de uma forma

ou outra. Seria *naïve* tentar restaurar ou copiar algo que pertence ao passado, mas integração próxima com base em novos valores e com fundações políticas e económicas é imperativo” (*The Guardian*, 2011). Contudo, há vezes na Rússia que apontam para a dimensão agregadora que este projeto pode ter de modo a ultrapassar as dinâmicas de fragmentação que sucederam ao fim da União Soviética. “A integração Euro-Asiática no espaço pós-soviético moveu-se para a linha da frente da política externa russa como um dos caminhos fundamentais para ultrapassar as consequências destrutivas da dissolução da União Soviética, a pior catástrofe geopolítica do século XX, que alterou drasticamente a estrutura do espaço euro-asiático” (Bykov, 2016: 285). O projeto foi também descrito como uma via de saída da crise financeira, identificando outros projetos regionais como a UE, a NAFTA ou a ASEAN, como exemplos. Como adicionou Putin, “[e]stes ‘tijolos’ podem ser montados no sentido de uma economia global mais estável” (Reuters, 2011).

A ideia não era nova. Desde os primeiros anos da sua independência, o Cazaquistão procurou definir uma identidade que espelhasse a componente multiétnica da sua sociedade e, num discurso sobre a “Euro-Ásia” em 1994, o presidente Nazarbayev procurou situar de forma muito clara o Cazaquistão entre a Europa e a Ásia, entendimento este que se reflete na sua proposta de criação de uma união euro-asiática avançada então (Abzhaparova, 2014: 15). É sobre esta ideia inicial que Putin desenvolve esta nova proposta que pretende criar um polo atrativo e dinâmico, que faça a ponte entre a Europa e a região da Ásia-Pacífico. Após tentativas falhadas de integração regional, este novo projeto pretende assumir-se como aglutinador de interesses e promotor de maior cooperação entre os países membros, com reflexo nos níveis de integração económica entre eles. Em 2011, na altura do anúncio deste novo projeto, Nazarbayev comentou que “inicialmente via a União Euro-Asiática como uma união de países com base nos princípios de igualdade, não-intervenção nos assuntos internos, e respeito pela soberania e integridade territorial dos Estados”. Hoje a visão deste projeto é mais complexa, refletindo a evolução dos próprios países neste espaço, e os efeitos de uma economia mais global. Este é agora entendido como um projeto que não pode ser implementado fora de dinâmicas de cooperação mais alargadas, seja com a UE, seja com outras organizações internacionais. Sublinha ainda, e em linha com as afirmações de Putin, que “não há nem haverá ‘restauração’ ou ‘reincarnação’ da URSS. Estes são apenas fantasmas do passado, conjecturas e especulação” (Nazarbayev, 2011). De facto, o presidente cazaque tem reforçado em diferentes momentos a questão da igualdade entre os membros como um fator fundamental na consolidação da integração.

Em meados dos anos noventa são assinados os primeiros acordos com vista à formação de uma união aduaneira. Em 1995, a Bielorrússia, o Cazaquistão, a Rússia e mais tarde a adesão do Quirguistão e do Tajiquistão ao grupo inicial, avançam no sentido de liberalização e controlos internos à circulação. No ano seguinte, são dados passos para uma maior integração de mercados. E em 1999 é assinado o Tratado da União Aduaneira Euro-Asiática e relativo ao Espaço Económico Único. No ano seguinte, é formada a união aduaneira que acaba por incluir a Bielorrússia, o Cazaquistão, o Quirguistão, o Tajiquistão e a Rússia – a denominada Comunidade Económica Eurasiática (EurAsEC, 2000). Esta visava formar uma fronteira aduaneira externa comum, desenvolver uma política económica comum, bem como a definição de tarifas externas comuns, ambicionando a aproximação a um mercado comum. Contudo, acabou por se revelar muito limitada na medida em que as tarifas impostas pela Rússia se revelaram desfavoráveis aos membros e se registou uma diversão de comércio a favor da Rússia, logo promovendo assimetria e verticalidade, ao invés das dinâmicas de horizontalidade que a integração regional deveria promover (ver, por exemplo, Zahorka e Sargsyan, 2014: 91).

Kirkham (2016: 116) avança três ordens de razões para os problemas encontrados nestes primeiros anos de tentativa de integração regional: uma primeira de ordem económica, uma vez que estes novos países estavam, então, meados da década de noventa, concentrados na sua própria sobrevivência, face a uma situação em que o sistema económico no qual estavam integrados se havia desintegrado e estavam ainda a tentar construir algo que sustentasse o seu próprio desenvolvimento e consolidação de soberania. Uma segunda ordem de natureza geopolítica, uma vez que muitas das novas repúblicas desenvolveram políticas externas multivetoriais como forma de sobrevivência num espaço dominado pela Rússia, e onde então o Ocidente era ainda uma fonte de investimento na qual acreditavam, não fazendo desse modo sentido uma aposta na integração euro-asiática. E uma terceira ordem de razões, desta feita social, face a contextos internos onde a inexistência de uma classe média e de pequenas e médias empresas consolidadas pudesse ancorar investimentos orientados para projetos de integração regional. De facto, estes processos estavam muito concentrados nas elites, desenvolvendo-se a um nível restrito. Combinados, estes fatores constituíram obstáculo ao desenvolvimento destes processos de integração regional, favorecendo, nestes desequilíbrios vários, a Rússia.

Apesar das dificuldades encontradas, em 2006 é decidido o estabelecimento de uma união aduaneira no quadro da EurAsEC, sendo a Bielorrússia, o Cazaquistão e a Rússia os membros iniciais, dado que nem todos os países reuniam as con-

dições económicas necessárias para este passo. Esta fase de consolidação será fundamental no estabelecimento das bases do que é o projeto atual da União Euro-Asiática. Já mais tarde, e num formato mais orientado, a 1 de janeiro de 2010 a Rússia, a Bielorrússia e o Cazaquistão lançam a União Aduaneira Euro-Asiática (*Eurasian Customs Union, ECU*), com a criação de uma tarifa comum. A decisão em 2011 de formar a União Euro-Asiática (EAEU), que pela primeira vez tinha elementos de supranacionalismo, e visava a eliminação de controlos fronteiriços físicos internos, foi seguida pela introdução do Espaço Económico Comum em 2012, com base nas normas e princípios da OMC. A Comissão Económica Euro-Asiática assumiu funções reguladoras no quadro da União Aduaneira, do Espaço Económico Único e da União Económica Euro-Asiática. Esta última foi assinada a 29 de maio de 2014, entrando em vigor em janeiro de 2015, altura em que a Arménia se juntou ao grupo. O Quirguistão tornou-se membro em maio de 2015. A partir de janeiro de 2015 novos organismos vieram conferir um cariz diferenciador a esta nova organização: uma Assembleia Parlamentar, um Tribunal Euro-Asiático, o Conselho Superior Euro-Asiático, e a Comissão Económica Euro-Asiática, que se mantém inalterada das estruturas institucionais anteriores (Kirkham, 2016: 117). O passo mais arrojado é o da criação do Parlamento Euro-Asiático, que terá poderes para negociar e concluir acordos internacionais, o que pode fortalecer a posição da organização como ator internacional (*idem*). O objetivo é o de criação de um mercado único (Tarr, 2016: 1), esperando-se coordenação em setores como energia, produção industrial, agricultura e transportes (Kansikas, 2015: 109). Contudo, quer a criação de uma moeda única, quer de um mercado energético não constam do projeto.²

Em matéria de decisão foi acordado que o processo seria maioritariamente por consenso ou maioria de dois terços. Esta limitação a um poder ilimitado de algum membro reflete lições aprendidas e receios de controlo que possam minar equilíbrios no quadro institucional. Para alguns, reflete uma opção da Rússia por maior multilateralismo nestes quadros institucionais (Kirkham, 2016: 117; Hartwell, 2013: 411; Zahorka e Sargsyan, 2014: 90). Para muitos outros, mostra como os Estados participantes não estão disponíveis para outro formato que não um de igualdade de participação nos processos. A posição do Cazaquistão tem sublinhado de forma clara este alinhamento, bem como o facto de o motor deste projeto ser a integração económica, e não uma dimensão política ou militar. Os representantes cazaques sublinharam na altura da

² Para maior detalhe sobre o acordo ver Tratado da União Económica Euro-Asiática (2014).

assinatura do acordo que “não [estariam disponíveis para] criar uma organização política; estamos a formar uma união puramente económica. É uma forma pragmática de conseguir benefícios. Nós não nos intrometemos no que a Rússia está a fazer politicamente, bem como eles não nos devem dizer que política externa devemos prosseguir” (Sagintayev, 2014). É muito interessante a forma como o Cazaquistão se tem posicionado e a pressão que tem feito no sentido de, por um lado, assegurar a independência e autonomia dos Estados membros nos processos de decisão, procurando evitar um domínio da Rússia nos mesmos, e por outro lado, salientar a dimensão exclusivamente económica do projeto, e desse modo procurando afastar qualquer implicação política deste aprofundamento de laços, face a críticas recorrentes de que este é um projeto de política externa russa numa linha tradicionalista de recuperação de influência num espaço descrito como primário.

Esta questão leva-nos para o debate que tem estado subjacente às motivações e implicações da União Euro-Asiática como acordada em 2014 e em efeito desde 1 de janeiro de 2015. As opiniões dividem-se quanto a tratar-se de um projeto com um enfoque económico claro, cuja motivação principal é a de convergência de sinergias numa lógica de reação à crise financeira e de criação de mecanismos que respaldem estes países face a novos desafios num contexto global; ou de mais do que dinâmicas económicas, que são reconhecidas como benéficas, as motivações trabalharem questões de poder e segurança do ponto de vista russo. O debate sobre o significado deste projeto tem sido aceso, mas é importante não se fazer uma leitura reducionista do mesmo num entendimento deste como meramente reflexo de dinâmicas geopolíticas, ou ao invés, como exclusivamente económico nas dinâmicas que o motivaram e que acompanham o seu desenvolvimento. Ou seja, uma leitura abrangente e combinada parece mais adequada. Por um lado, a Rússia não controla todas as decisões no seio da organização, sendo que a mesma tem uma carta fundadora e princípios e mecanismos de atuação que a tornam um ator no sistema internacional (Kansikas, 2015: 110), e cujos princípios foram escrutinados pelos Estados parte, em particular o Cazaquistão, como referido. As implicações relativas a harmonização legislativa (*idem*), por exemplo, são abrangentes e têm um impacto significativo nas alterações a serem integradas e implementadas no sistema jurídico e económico de cada um dos Estados membros. Este processo confere à dimensão económica e comercial, naturalmente, valor acrescentado (ver neste contexto Vinokurov e Libman, 2012). Além do mais e como já referido também, todos os membros têm direito de veto, o que confere igualdade e diferenciação, princípio a que o Cazaquistão se tem referido em vários momentos como estruturante.

Contudo, a dependência de recursos energéticos que caracteriza as economias da Rússia e do Cazaquistão, as duas maiores, tem chamado a atenção para as dificuldades de maior integração porque uma política de diversificação será sempre limitada (Hartwell, 2013: 412). Por outro lado, maior integração energética e a criação de novos projetos poderá impulsionar desenvolvimentos favoráveis; contudo, esta não está claramente identificada de momento. Contudo, o que alguns autores vêm sublinhando é que a criação deste formato não significa necessariamente que haverá aumento nas trocas e que a dinamização comercial e económica intrarregional trará benefícios substanciais a curto ou mesmo médio-prazo (Hartwell, 2013: 419). Esta é uma das razões pelas quais se entende que, para o sucesso da União Euro-Asiática, uma política de articulação com outros formatos regionais, como a UE, é importante. Hartwell (2013: 420) refere que os desenvolvimentos neste quadro devem prosseguir um curso de complementaridade face à UE e não de competição ou como uma alternativa a esta. Recentemente, um representante diplomático russo em Portugal referia-se a esta questão de forma incisiva, numa lógica de multilateralismo alargado quando comentava quanto à ideia ainda muito incipiente de criação de uma “grande parceria euro-asiática”, envolvendo a União Euro-Asiática, a Organização de Cooperação de Xangai e a Associação de Nações do Sudeste Asiático – entendendo que este projeto de cooperação económica alargado poderia maximizar ganhos e projetar este grande grupo nas dinâmicas económicas internacionais. O mesmo sublinhou ainda que esta proposta não tem que significar menos UE, o que significa claramente é uma ênfase no vetor asiático, onde o dinamismo económico tem sido muito visível (Bryantsev, 2016). Ou seja, de acordo com o diplomata, a estratégia russa mantém-se multivetorial.

Uma outra questão que tem surgido associada à consolidação da União Euro-Asiática prende-se com a discussão sobre o alargamento da mesma. Que países virão a integrar a estrutura regional, e de que modo o afastamento da Ucrânia do projeto cria uma dinâmica de fragilização. A Ucrânia, na sequência da aproximação à UE e da assinatura do Acordo de Associação e da área de comércio livre (*Deep and comprehensive free trade area*), em março e junho de 2014, respetivamente, “criou uma fissura nesta ponte” (Kirkham, 2016: 122). O seu tamanho e localização geográfica, a par de uma maior diversidade na sua economia, constituem os pontos referidos como centrais ao que seria o seu contributo para o reforço da organização. Contudo, após a anexação da Crimeia e num quadro de continuidade de instabilidade no Donbass, a Ucrânia optou pelo plano de maior integração com o projeto da União Europeia, uma vez que existe impossibilidade técnica de pertencer duplamente a áreas que definem

taxas aduaneiras comuns para o comércio externo. A escolha foi complexa, mas acabou por pender para a UE, implicando que não se perspetive a possibilidade de associação à União Euro-Asiática. A tensão que permanece na Ucrânia e nas relações entre a Rússia e a UE (e o Ocidente em geral) acaba por se refletir nas opções que os países vizinhos da Rússia e da UE vão tomando, e o que estas representam em termos das suas políticas ditas multivetoriais.

No caso da Ucrânia, a possibilidade de escolha deixou de ser uma possibilidade e passou a ser uma limitação – uma escolha excludente. Interessante neste ponto referir o percurso inverso que a Arménia fez, em 2013, estando preparada para avançar com o Acordo de Associação com a UE, incluindo na dimensão económica (acordo previsto ser assinado em novembro de 2013), mas revertendo esta decisão em favor da sua integração na União Euro-Asiática. Em setembro de 2013 o presidente arménio, Serge Sarkisian, comentou o desejo do país de “se juntar à união aduaneira e de se envolver no processo de criação da União Económica Euro-Asiática. Já afirmei, em diferentes momentos, que como partilhamos um sistema de segurança militar, é impossível e ineficaz isolarmo-nos do espaço geoeconómico onde nos situamos. É uma decisão racional; é uma decisão baseada no interesse nacional da Arménia. Esta decisão não significa rejeição do diálogo com as instituições europeias” (Sarkisian, 2013). Esta inversão de sentido foi amplamente interpretada como resultado de pressão russa relativamente a questões energéticas e comerciais (Zahorca e Sargsyan, 2014: 94), que o próprio presidente arménio de forma não explícita acaba por reconhecer nos seus comentários.

Estes diferenciais e estes desenvolvimentos no espaço pós-soviético remetem-nos novamente para as questões iniciais deste trabalho, relativas às motivações da Rússia neste processo de integração, desenvolvido num contexto de alguma crispação com o Ocidente, e num quadro de política externa em que a reafirmação do estatuto da grande Rússia é claramente um objetivo central. Face a uma situação económica interna difícil, a Rússia precisa de projetos multilaterais que possam contribuir para dinamizar a sua economia, eventualmente contribuindo para uma maior diversificação da mesma. Esta dimensão da integração regional neste projeto da União Euro-Asiática não pode ser descuidada. Contudo, e como analisado, as limitações parecem muitas, num formato em que o muito necessário alargamento da organização parece condicionado pela questão ucraniana. E a par desta, as motivações russas de manutenção de influência, ou de pelo menos de uma presença visível no espaço pós-soviético, procurando garantir que a presença de estruturas institucionais ocidentais nesta área seja limitada nos seus efeitos e implicações, continuam a gerar alguns sentimentos de desconfiança.

CONCLUSÃO

Os processos de integração regional no espaço pós-soviético têm sido marcados por dinâmicas contraditórias e ambivalentes, ora no sentido de reforço da cooperação procurando maximizar ganhos, ora no sentido de resistência a maior inclusão nos processos face a receios de domínio russo das decisões e das práticas. Esta dualidade tem gerado dificuldades múltiplas, a par da própria desigualdade existente entre os países que compõem esta área geográfica. Estas diferenças atravessam espaços geográficos, contam indicadores demográficos, tamanho das economias, e modelos de desenvolvimento, com reflexo nas políticas internas e externas. E estas diferenças acabam por se refletir em lógicas de maior ou menor aproximação, e mesmo de dependência, da Rússia. Este contexto muito próprio é essencial sempre que pensamos a integração regional no espaço pós-soviético. A União Euro-Asiática pretende assumir-se como um projeto inovador nos seus moldes institucionais, com enfoque na dimensão económica e na dinamização de trocas no quadro intrarregional. Contudo, na combinação de motivações económicas e geopolíticas, subsistem questões quanto à expressão que este arranjo pode efetivamente ter, que passam por questões de natureza material, incluindo capacidade de maximização de valências no quadro da organização ou mesmo quanto à questão do alargamento; bem como de natureza imaterial, nomeadamente o simbolismo deste arranjo num quadro de relações difíceis da Rússia com o Ocidente, em que as relações com a Ásia têm vindo a ganhar reconhecido destaque, não esquecendo, ainda, a não-linearidade que caracteriza as relações da Rússia com os Estados pós-soviéticos. Neste puzzle complexo, esta peça chamada União Euro-Asiática, de matriz económica, permanece parte de um jogo totalmente em aberto quanto ao seu desenvolvimento e alcance.

Referências

- ABZHAPAROVA, AIDA (2014). «Kazakhstan and its practices of integration: (Re) considering the case of the eurasian economic union». *Russian Analytical Digest* N.146, 7 abril. [Consult. em 16 junho 2016]. Disponível em <http://www.css.ethz.ch/content/dam/ethz/special-interest/gess/cis/center-for-securities-studies/pdfs/RAD-146-15-17.pdf>.
- ALLISON, ROY (2010). «Virtual Regionalism and Protective Integration in Central Asia». In Anita Sengupta e Suchandana Chatterjee (eds.), *Eurasian Perspectives: In Search of Alternatives*. Shipra Publications, Kolkata, India: 29-48.
- AVERRE, DEREK (2016). “The Ukraine Conflict: Russia’s Challenge to European Security Governance”. *Europe-Asia Studies*. 68(4): 699-725.
- BORDACHEV, TIMOFEI E SKRIBA, ANDREI S. (2014). «Russia’s Eurasian Integration Policies», *The Geopolitics of Eurasian Economic Integration. LSE Ideas*. Junho. [Consult. em 16 junho 2016]. Disponível em <http://www.lse.ac.uk/IDEAS/publications/reports/pdf/SR019/SR019-Bordachev-Skriba.pdf>.
- BRYANTSEV, ALEXANDER (2016). Segundo Secretário da Embaixada da Federação Russa em Lisboa. «Russia-EU: choices that both sides make». Conferência, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 21 novembro.
- BYKOV, ALEKSANDR (2016). «Eurasian Integration, Its Prospects and Possibilities». *Problems of Economic Transition*. 58(4): 285-305.
- CPE – CONCEITO DE POLÍTICA EXTERNA (2013). Concept of the Foreign Policy of the Russian Federation. Approved by President of the Russian Federation V. Putin on 12 February 2130. [Consult. em 16 junho 2016]. Disponível em <http://www.mid.ru/ns-osndoc.nsf/1e5f0de28fe77fdcc32575d900298676/869c9d2b87ad8014c32575d9002b1c38?OpenDocument>.
- DOUTRINA MILITAR RUSSA (2014). The Military Doctrine of the Russian Federation, Approved by the President of the Russian Federation on December 25, 2014, No. Pr.-2976. [Consult. em 16 junho 2016]. Disponível em <http://rusemb.org.uk/press/2029>.

- DRAGNEVA, RILKA E WOLCZUK, KATARYNA (2014). «Eurasian Economic Integration: Institutions, Promises and Faultlines». *The Geopolitics of Eurasian Economic Integration. LSE Ideas*. Junho. [Consult. em 16 junho 2016]. Disponível em <http://www.lse.ac.uk/IDEAS/publications/reports/pdf/SR019/SR019-Dragneva-Wolczuk.pdf>.
- EREMINA, NATALIA (2016). «Advent of a new civilization project: Eurasia in – U.S. out?». *Journal of Eurasian Studies*. 7: 162-171.
- EURASEC (2000). «Goals». [Consult. em 16 junho 2016]. Disponível em http://www.eurasian-ec.com/index.php?option=com_content&task=view&id=2&Itemid=7.
- FREIRE, MARIA RAQUEL (2017. No prelo). «Ukraine and the Restructuring of East-West Relations». In Roger Kanet (ed.), *The Russian Challenge to the European Security Environment*. London: Palgrave.
- FREIRE, MARIA RAQUEL (2012). «Russian Foreign Policy in the Making: The Linkage between Internal Dynamics and the External Context». *International Politics*. 49(4): 466-481.
- HARTWELL, CHRISTOPHER A. (2013). «A Eurasian (or a Soviet) Union? Consequences of further economic integration in the Commonwealth of Independent States». *Business Horizons*. 56: 411-420.
- KANSIKAS, SUVI (2015). «The Eurasian Economic Union, Russia's integration policy and the EU challenge». *Journal on Baltic Security*. 1(1): 108-116.
- KIRKHAM, KSENIA (2016). «The formation of the Eurasian Economic Union: How successful is the Russian regional hegemony?». *Journal of Eurasian Studies*. 7: 111-128.
- LAÏDI, ZAKI (2012). «BRICS: Sovereignty power and weakness». *International Politics*. 49(5): 614-632.
- MCDERMOTT, ROGER (2009). «Russia's Vision in Crisis for CSTO Military Forces». *Eurasia Daily Monitor*. 6(125). [Consult. em 16 junho 2016]. Disponível em <https://jamestown.org/program/russias-vision-in-crisis-for-csto-military-forces/>.

- NAZARBAYEV, NURSULTAN (2011). Citado em «Nazarbayev: There is and there will be no ‘restoration’ of the USSR in the Eurasian Union». *Tengri News*. 27 outubro. [Consult. em 16 junho 2016]. Disponível em https://en.tengrinews.kz/politics_sub/Nazarbayev-There-is-and-there-will-be-no-restoration-of-the-5293/.
- OSCE MINISTERIAL COUNCIL (2014). «Purpose and Role of the Panel of Eminent Persons on European Security as a Common Project. The OSCE 2015 Troika: Switzerland, Serbia, Germany. Mandate of the Panel of Eminent Persons on European Security as a Common Project». OSCE Ministerial Council, Basil, dezembro. [Consult. em 16 junho 2016]. Disponível em <http://www.osce.org/cio/137011?download=true>.
- POPESCU, NICU (2014). «Eurasian union: the real, the imaginary and the likely». *Chaillot Papers* N.132, setembro. Paris: European Union Institute for Security Studies. [Consult. em 16 junho 2016]. Disponível em http://www.iss.europa.eu/uploads/media/CP_132.pdf.
- REUTERS (2011). «Russia’s Putin says wants to build ‘Eurasian Union’». 3 outubro. [Consult. em 16 junho 2016]. Disponível em <http://www.reuters.com/article/us-russia-putin-eurasian-idUSTRE7926ZD20111003>.
- SAGINTAYEV, BAKY TZHAN (2014). Vice-primeiro ministro cazaque citado em «Russia and 2 Neighbors Form Economic Union That Has a Ukraine-Size Hole». *The New York Times*. 29 maio. [Consult. em 16 junho 2016]. Disponível em http://www.nytimes.com/2014/05/30/world/europe/putin-signs-economic-alliance-with-presidents-of-kazakhstan-and-belarus.html?_r=0.
- SAKWA, RICHARD (2012). «Looking for a greater Europe: from mutual dependence to an international regime». *Communist and Post-communist Studies*. 45(4): 315-325.
- SARKISIAN, SERGE (2013). Presidente da Arménia citado em «Armenia rift over trade deal fuels EU-Russia tension». *BBC News*. 5 setembro. [Consult. em 16 junho 2016]. Disponível em <http://www.bbc.com/news/world-europe-23975951>.

- SHEVTSOVA, LILIA (2013) «Eurasian Union: Myth, Imitation, or the Real Thing?». Carnegie.ru Commentary. Carnegie Endowment for International Peace, 6 agosto. [Consult. em 16 junho 2016]. Disponível em <http://carnegieendowment.org/2013/08/06/eurasian-union-myth-imitation-or-real-thing/ghpt?reloadFlag=1>.
- TARR, DAVID G. (2016). «The Eurasian Economic Union of Russia, Belarus, Kazakhstan; Armenia, and the Kyrgyz Republic: Can it succeed where its predecessor failed?». *Eastern European Economics*. 54: 1-22.
- The Guardian* (2011). «Putin's grand vision: a new Eurasian bloc with old Soviet neighbours», 4 outubro. [Consult. em 16 junho 2016]. Disponível em <https://www.theguardian.com/world/2011/oct/04/putin-grand-vision-eurasian-bloc>.
- The Kremlin* (2009). The Draft of the European Security Treaty, 29 November. [Consult. em 16 junho 2016]. Disponível em <http://en.kremlin.ru/events/president/news/6152>.
- TRATADO DA UNIÃO ECONÓMICA EURO-ASIÁTICA (2014). «Treaty on the Eurasian Economic Union». Assinado em Astana, 29 maio. [Consult. em 16 junho 2016]. Disponível em http://www.un.org/en/ga/sixth/70/docs/treaty_on_eeu.pdf.
- TSYGANKOV, ANDREI (2015). «Vladimir Putin's last stand: the sources of Russia's Ukraine policy». *Post-Soviet Affairs*, 31(4): 279-303.
- VINOKUROV E. E LIBMAN A. (2012). *Eurasian Integration: Challenges of Transcontinental Regionalism*. Basingtoke: Palgrave Macmillan.
- ZAHORKA, HANS-JÜRGEN E SARGSYAN, OFELYA (2014). «The Eurasian Customs Union: an alternative to the EU's Association Agreements?». *European View*. 13: 89-96.